



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo nº: **1007597-32.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Fornecimento de Medicamentos**  
 Requerente: **Tabatha Paola da Rocha**  
 Requerido: **Fazenda Pública Estadual**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, proposta por **VILMA OLÍVIA DE OLIVEIRA**, contra a **Fazenda Pública do Município de São Carlos**, sob o fundamento de que é portadora de “Beta Talassemia Major”, doença crônica, sem perspectiva de cura, e faz tratamento de quelação do ferro através a infusão contínuo fármaco Desferroxamina por meio de uma bomba de infusão automatizada, na qual é acomplada uma seringa específica: Crono Syringe 30 ml. Aduz que o fármaco Desferroximina lhe está sendo fornecido, mas a bomba não e há necessidade do fornecimento contínuo das seringas, que lhe foi negado, razão pela qual requer o provimento judicial, para que seja fornecido pelo ente estadual.

Houve a antecipação dos efeitos da tutela.

O Estado apresentou contestação, alegando, preliminarmente, falta de interesse de agir, pois o insumo seria disponibilizado ordinariamente, pelo SUS, embora não sejam da marca específica. No mérito, aduz que a autora pretende tratamento privilegiado, sem respeitar a fila existente para o atendimento, em desrespeito ao princípio da isonomia.

Houve réplica (fls. 46).

**É O RELATÓRIO.**

**PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.**

Observo, inicialmente, que não é o caso de se reconhecer a a falta



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

de interesse processual, pois o acesso ao Judiciário não está condicionado ao esgotamento da via administrativa

No mais, o pleito merece acolhimento.

Cabe aos Estados ter em seu orçamento verbas destinadas ao gasto com medicamentos para a população, cujos preços extrapolam as possibilidades econômicas dos desprovidos de rendimentos suficientes.

A questão relativa à responsabilidade solidária e ao repasse de verbas deve ser resolvida no âmbito administrativo entre o Município, o Estado e a União, que integram o Sistema Único de Saúde. A cooperação financeira entre essas entidades e a falta de recursos não podem servir de escusa para o não fornecimento de medicamentos, sob pena de acarretar à população grave dano à sua saúde.

Até porque a presente questão não está ligada à viabilidade econômica do Poder Público em atender os necessitados, mas sim à necessidade de resguardar um direito do cidadão.

O direito à saúde, além de ser um direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida e da dignidade da pessoa humana. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir em grave comportamento inconstitucional.

Com efeito, incide sobre o Poder Público a obrigação de tornar efetivas as prestações de saúde, incumbindo-lhe promover medidas preventivas e de recuperação que, fundadas em políticas públicas idôneas, tenham por finalidade viabilizar a norma constitucional.

Não basta, portanto, que o Estado meramente proclame o reconhecimento formal de um direito. Torna-se essencial que, para além da simples declaração constitucional desse direito, seja ele integralmente respeitado e plenamente garantido, especialmente naqueles casos em que o direito – como o direito à saúde – se qualifica como prerrogativa jurídica de que decorre o poder do cidadão de exigir, do Estado, a implementação de prestações positivas impostas pelo próprio ordenamento constitucional.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Além disso, a médica que prescreveu a seringa é profissional competente que se manifestou com base em sua experiência profissional, de acordo com o caso clínico apresentado, com as suas peculiaridades, não havendo necessidade, conforme reiterado entendimento jurisprudencial, de que o medicamento esteja padronizado pelo Ministério da Saúde, pois as pesquisas na área da saúde são dinâmicas e a padronização não acompanha este dinamismo.

Não se discute sobre a existência de outras alternativas terapêuticas. Essa informação é de conhecimento público, inclusive da médica que assiste a autora e ninguém melhor do que ela para saber do que necessita a sua paciente, avaliando a resposta frente a outros tratamentos já realizados.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, I, do Código de Processo Civil e **PROCEDENTE** o pedido, confirmando-se a tutela provisória, devendo a autora apresentar relatório médico semestralmente, a fim de atestar a necessidade de continuidade do tratamento, com a utilização das seringas, bem como prescrições médicas, sempre que solicitadas.

Não há condenação em honorários, pelo fato de a autora ser assistida pela Defensoria, em demanda contra o Estado, que, ainda, é isento de custas, na forma da lei.

**P. R. I. C.**

São Carlos, 30 de março de 2016.